

EXIGIMOS A VOLTA DAS PERÍCIAS MÉDICAS AO DPME!

Há uma crise na rede estadual de ensino de São Paulo. Isto se comprova no cotidiano de professores e estudantes e nos resultados de avaliações promovidas pelo próprio Governo do Estado, como o SARESP.

As más condições de trabalho nas escolas se combinam com a ocorrência de crescentes casos de violência dentro das unidades escolares, de alunos contra professores, com a rotatividade dos professores; com a contratação precária dos docentes da categoria O e eventuais, com os baixos salários, com a ausência de uma carreira justa que valorize os professores e atraia mais profissionais para a rede estadual de ensino.

A desvalorização dos profissionais do magistério, as condições de trabalho e a violência nas escolas geram altos índices de adoecimento na categoria, mas o Estado não reconhece esta realidade. Sucessivos governos desumanizaram o trabalho nas escolas. Professores e estudantes passaram a cumprir ordens emanadas dos gabinetes da Secretaria da Educação, não há uma relação dialógica no processo ensino-aprendizagem. Prevalece a lógica dos quartéis, assédio moral, autoritarismo, ausência de perspectivas.

O Governo Estadual se mostra incapaz de resolver os problemas que criou. Não provê as condições para que a educação melhore e, ao mesmo tempo, pretende combater a falta de professores, gerada por essas situações adversas, criando novas situações que afastam os professores das salas de aula. A Secretaria Estadual da Educação, o mesmo tempo em que não cumpre suas funções precípuas, ligadas ao oferecimento de condições para a melhoria do processo educativo, arvora-se no direito de avocar para si o serviço de perícias médicas, tentando combater com adoecimento dos professores com uma ordem absurda para negar licenças e readaptações a professores flagrantemente doentes.

O problema começa já no agendamento das perícias. Sem uma rede adequada e ampla o suficiente para o atendimento de todos os casos afetos à psiquiatria, por exemplo, professores que residem na capital devem fazer perícias em Presidente Prudente. Outros são remetidos da Grande São Paulo para outras regiões igualmente distantes. Um desrespeito total.

Há casos de professores cujas licenças foram negadas e que, com problemas neurológicos, foram atendidos por pediatras. Há outros casos de professores que, de posse de exames médicos que comprovam suas enfermidades, foram enviados de volta às salas de aula. Professores são atendidos em alguns minutos, sem que os médicos sequer lhes toquem e são obrigados a relatar suas situações pessoais com a presença de terceiros, em apertadas salas adaptadas para consultórios.

Finalmente, uma coincidência intrigante: os profissionais médicos contratados para o atendimento aos professores nos "polos" de perícias médicas criados pela Secretaria Estadual da Educação são oriundos da Universidade Estadual Paulista. Nada temos contra a contratação de médicos da UNESP, mas perguntamos: qual foi o critério? Houve seleção pública? Quem pode concorrer? Há alguma razão especial para se priorizar a contratação de profissionais ligados à UNESP?

O Estado precisa oferecer a seus servidores programas de prevenção e atendimento à saúde. Ampliar o atendimento do IAMSPE e aportar os recursos financeiros previstos em lei, equivalentes a 2% da folha de pagamento do funcionalismo. Mas não vemos isto acontecer.

Ao mesmo tempo, o serviço de perícias médicas deve voltar para o âmbito do Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME) e o seu atendimento deve ser humanizado, ampliado e melhorado. Os professores e as professoras exigem e merecem ser respeitados e valorizados. Chega de descaso, chega de mau atendimento e discriminação!



Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à CNE e CUT